

## ATA N.º 4/2018

## REUNIÃO ORDINÁRIA DE

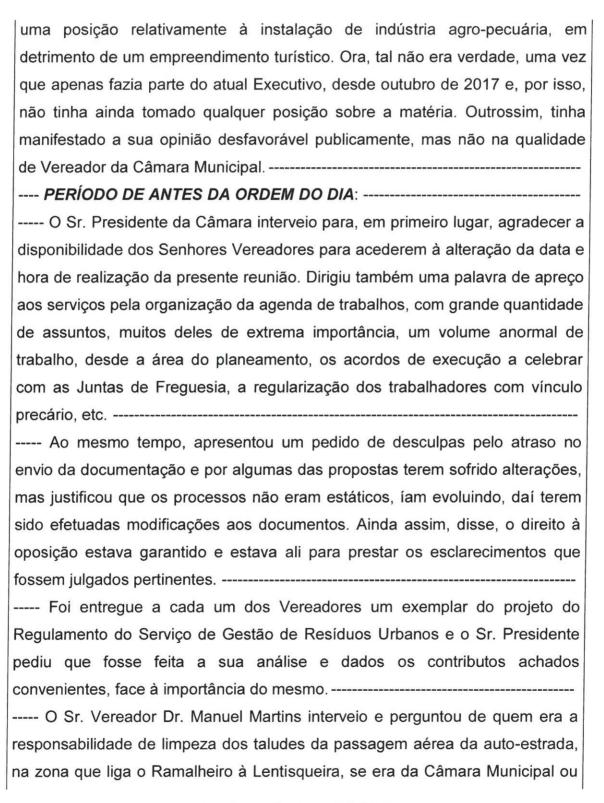
27/02/2018

"Nos termos do art.º 56.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as deliberações dos órgãos das autarquias locais, bem como as decisões dos respetivos titulares destinadas a ter eficácia externa, devem ser publicadas em edital, afixado nos lugares de estilo durante 5 dos 10 dias subsequentes à tomada da deliberação ou decisão, bem como no sítio da internet, no boletim da autarquia e nos jornais regionais editados ou distribuídos na área da autarquia, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões".

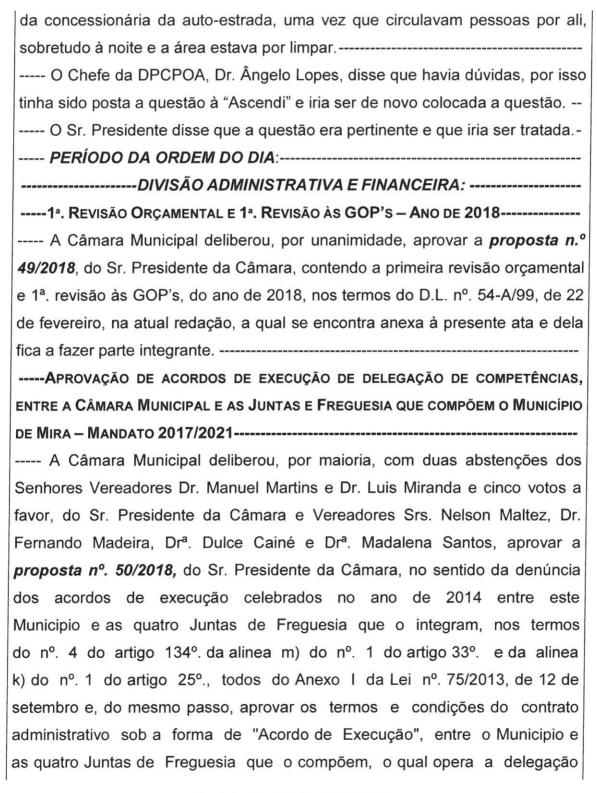


Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de dois mil e dezoito, pelas
dezoito horas, na sala de reuniões da Câmara Municipal, reuniu esta
ordinariamente, sob a direção do Sr. Presidente da Câmara, Dr. Raul José Re
Soares de Almeida, estando presentes os Vereadores Srs. Nelson Teixeira
Maltez, Dr. Manuel de Jesus Martins, Dra. Dulce Helena Ramos Cainé, Dr.
Fernando José Domingues Madeira, Dr. Luis Manuel Simões Miranda e Dra.
Madalena Isabel Colaço dos Santos
Presentes também a Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, Dra.
Carmen da Conceição Santos, o Chefe da Divisão de Obras Municipais, Engº.
Rui Manuel Reixa da Cruz Silva, a Chefe de Divisão de Educação, Cultura e
Desporto, Dr.ª Brigite Capeloa e o Chefe da Divisão de Proteção Civil,
Planeamento, Ordenamento e Ambiente, Dr. Ângelo Manuel Morais Lopes
Pelo Sr. Presidente da Câmara, foi declarada aberta a reunião pelas 18:00
horas
Finanças Municipais:
Finanças Municipais:
Foi presente o resumo diário da tesouraria n.º 38 de 26 de fevereiro de
Foi presente o resumo diário da tesouraria n.º 38 de 26 de fevereiro de 2018, com um saldo orçamental de 152.830,35 € (cento e cinquenta e dois mil, oitocentos e trinta euros e trinta e cinco cêntimos)
Foi presente o resumo diário da tesouraria n.º 38 de 26 de fevereiro de 2018, com um saldo orçamental de 152.830,35 € (cento e cinquenta e dois mil, oitocentos e trinta euros e trinta e cinco cêntimos)
Foi presente o resumo diário da tesouraria n.º 38 de 26 de fevereiro de 2018, com um saldo orçamental de 152.830,35 € (cento e cinquenta e dois mil, oitocentos e trinta euros e trinta e cinco cêntimos)
Foi presente o resumo diário da tesouraria n.º 38 de 26 de fevereiro de 2018, com um saldo orçamental de 152.830,35 € (cento e cinquenta e dois mil, oitocentos e trinta euros e trinta e cinco cêntimos)
Foi presente o resumo diário da tesouraria n.º 38 de 26 de fevereiro de 2018, com um saldo orçamental de 152.830,35 € (cento e cinquenta e dois mil, oitocentos e trinta euros e trinta e cinco cêntimos)
Foi presente o resumo diário da tesouraria n.º 38 de 26 de fevereiro de 2018, com um saldo orçamental de 152.830,35 € (cento e cinquenta e dois mil, oitocentos e trinta euros e trinta e cinco cêntimos)
Foi presente o resumo diário da tesouraria n.º 38 de 26 de fevereiro de 2018, com um saldo orçamental de 152.830,35 € (cento e cinquenta e dois mil, oitocentos e trinta euros e trinta e cinco cêntimos)
Foi presente o resumo diário da tesouraria n.º 38 de 26 de fevereiro de 2018, com um saldo orçamental de 152.830,35 € (cento e cinquenta e dois mil, oitocentos e trinta euros e trinta e cinco cêntimos)
Foi presente o resumo diário da tesouraria n.º 38 de 26 de fevereiro de 2018, com um saldo orçamental de 152.830,35 € (cento e cinquenta e dois mil, oitocentos e trinta euros e trinta e cinco cêntimos)





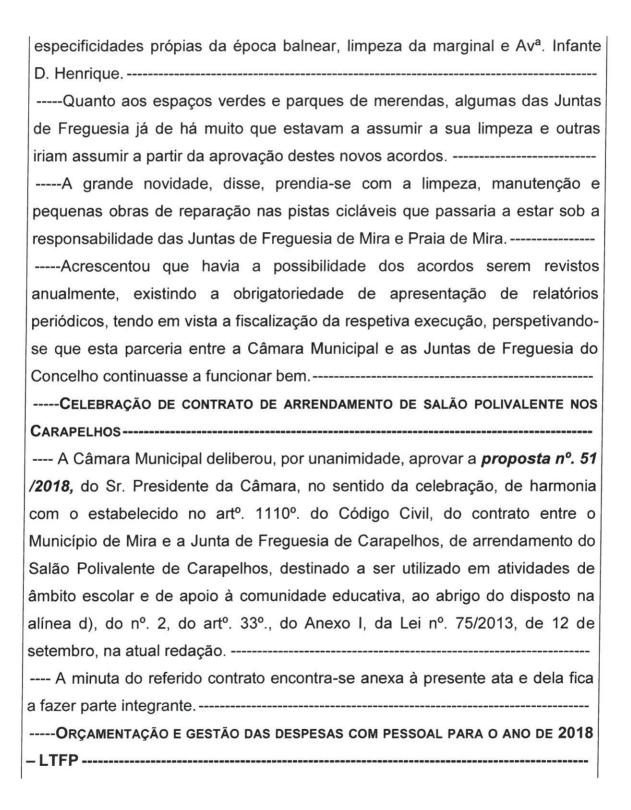




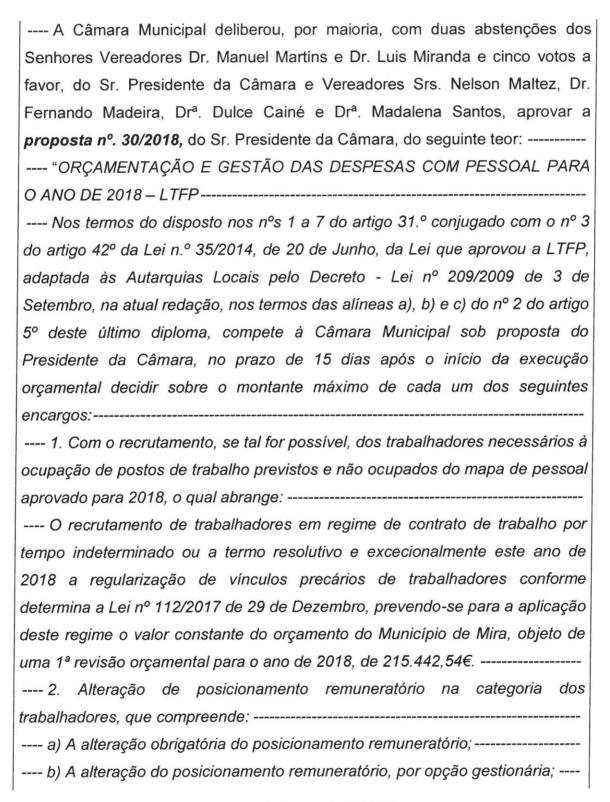


de competências, nos termos do disposto na alinea I) do nº. 1 do artº. 33º. do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovando a respetiva minuta, que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante. ----------Mais foi deliberado remeter a presente proposta às Juntas Freguesia, a fim de ser efetuada a aprovacção e respetiva remessa as Assembleias de Freguesia, para autorização da celebração do acordo de execução para a concretização da delegação legal de competências, nos termos da respetiva minuta, ao abrigo dos artigos 9º., nº. 1, alinea g) e 16°., n°. 1, alineas i) e j) do Anexo I da Lei n°. 75/2013, de 12 de setembro; --------Caso a emissão da autorização por cada uma das Assembleias de Freguesia nao seja proferida em data anterior, à autorização a emitir pela Assembleia Municipal, que a outorga do Acordo de Execução fique condicionado à emissão das respetivas autorizações por aquele órgão das freguesias, nos termos das deliberações a proferir, neste sentido, pelos órgãos municipais.-------- Mais foi deliberado remeter o assunto à Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea k) do nº. 1, do artº. 25º., do Anexo I, da Leinº. 75/2013, de 12 de setembro, tendo em vista a autorização para celebração dos referidos contratos, os quais se encontram anexos à presente ata e dela ficam a fazer parte integrante. ---------O Sr. Presidente apresentou um pedido de desculpas pelo atraso no envio da documentação relativa ao assunto em análise e, ao mesmo tempo, congratulou-se com a celebração dos acordos com as Juntas de Freguesia. --------Informou que, no tocante às Escolas não tinha havido alterações, sinal de que estava a funcionar bem. Já quanto à limpeza urbana de valetas, passeios, bermas, disse que tinha sido aumentada a verba. Por outro lado, tinha sido utilizado um critério diferenciador relativamente à Junta da Praia, dadas as

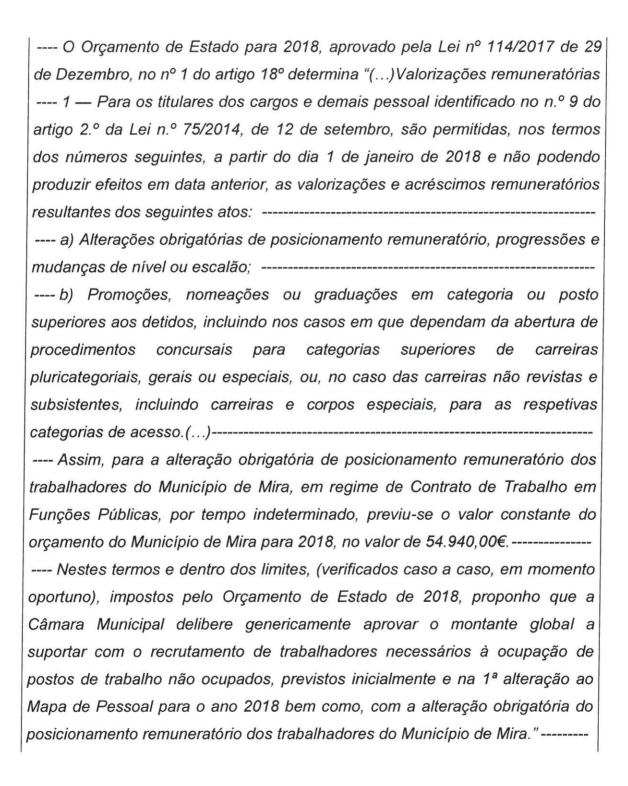




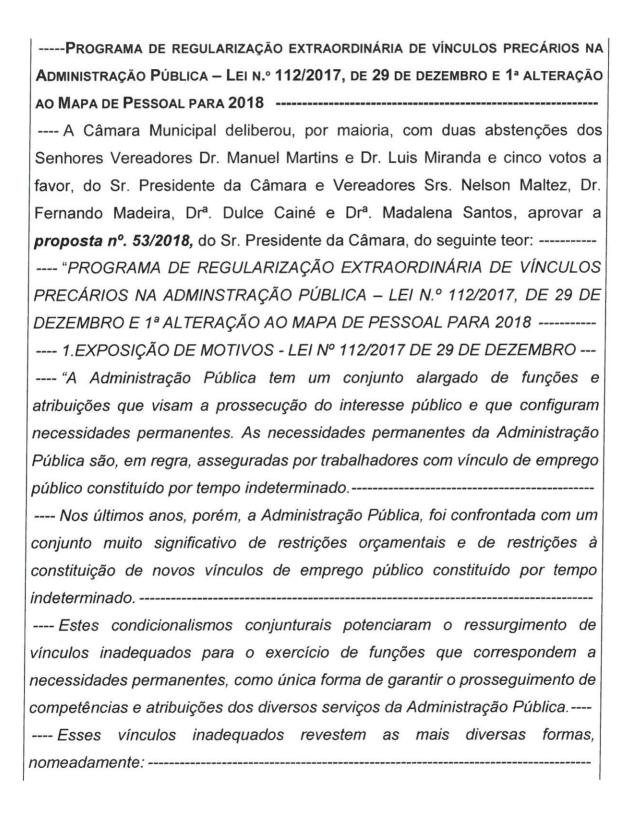




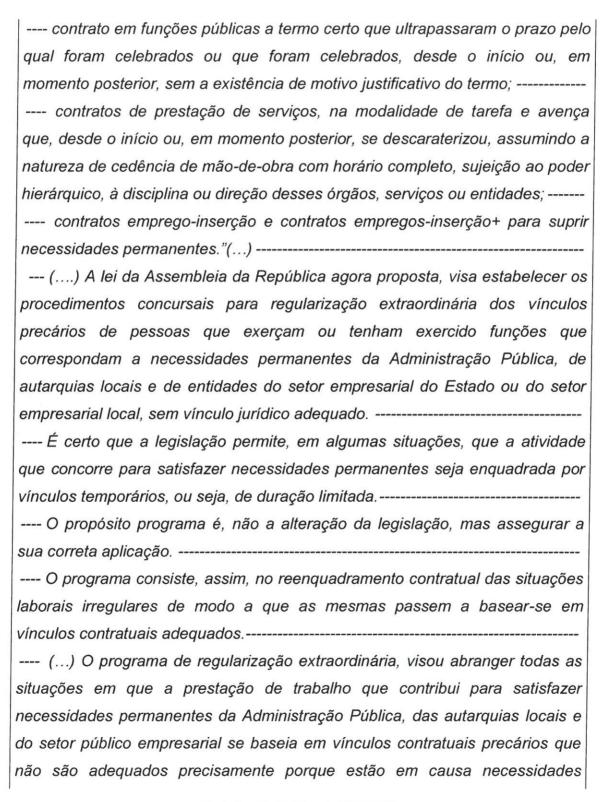




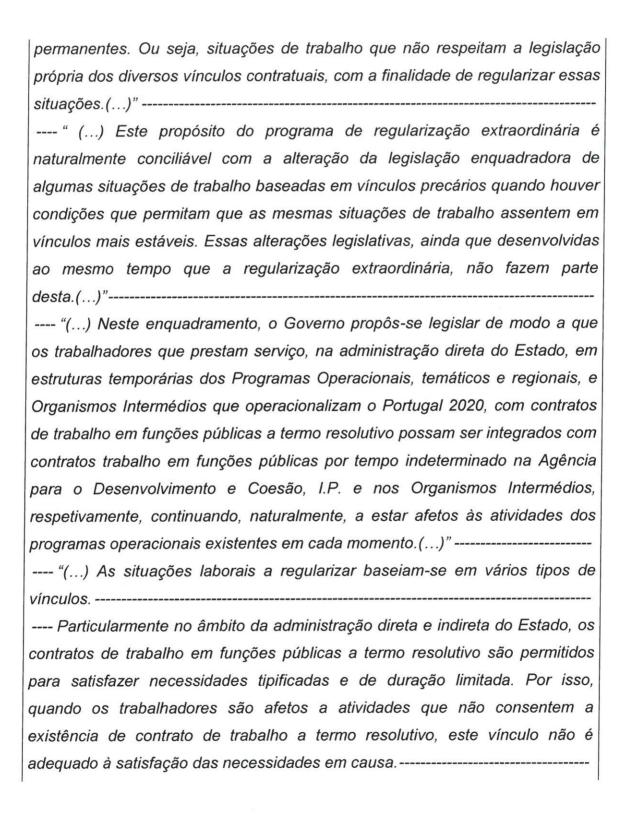




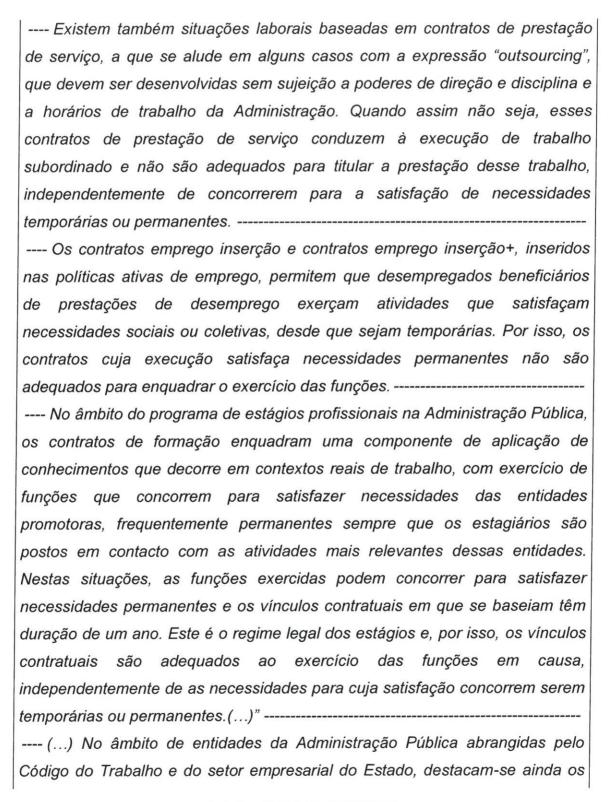








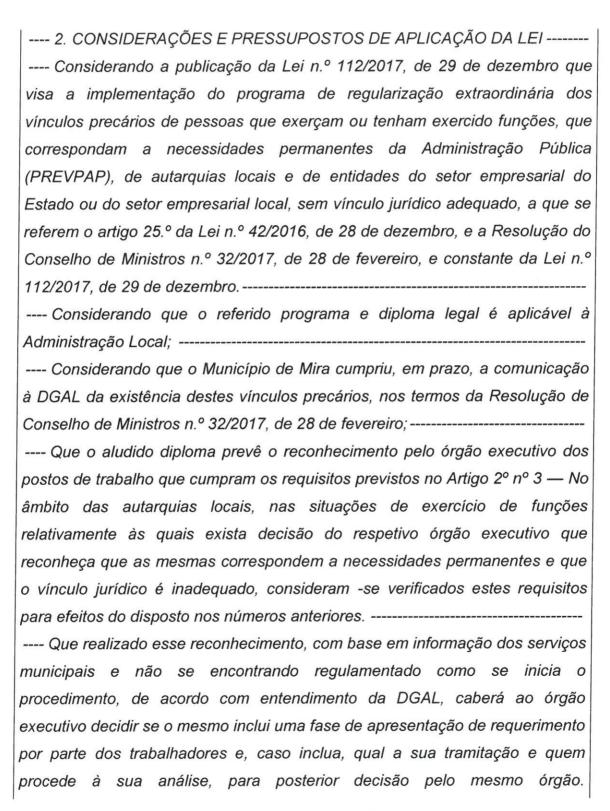






contratos de trabalho a termo resolutivo e os contratos de utilização de trabalho temporário. Salientam-se também os contratos de prestação de serviço que se traduzam, afinal, na execução de trabalho subordinado. ---------- Os contratos de trabalho a termo resolutivo são permitidos em situações genericamente ligadas à satisfação de necessidades temporárias das empresas, têm limites máximos de duração e, no caso de contratos a termo certo, limites à renovação. Nas situações em que algum destes condicionalismos não seja respeitado, os contratos em causa não podem considerar-se, ou continuar a considerar-se, de duração limitada e, por isso, os mesmos consideram-se, desde o seu início ou a partir de um momento posterior, celebrados por tempo indeterminado. Os contratos de utilização de trabalho temporário são igualmente permitidos em situações ligadas à satisfação de necessidades temporárias das empresas e têm limites de duração. Quando qualquer destes requisitos não seja respeitado, o trabalhador considera-se vinculado ao utilizador em regime de contrato de trabalho sem termo. Esta especificidade dos efeitos legais associados a determinadas violações dos regimes destes contratos de duração limitada, conduz a que a regularização extraordinária opere no plano formal, de reconhecimento de que as situações estão substantivamente em concordância com a lei.---------- Os contratos de prestação de serviço, correntemente designados por "recibos verdes" que se traduzam, afinal, na execução de trabalho subordinado têm características idênticas aos que ocorrem na Administração Pública, mas os correspondentes regimes são diferentes essencialmente porque, no âmbito do Código do Trabalho, a regularização opera por efeito direto da lei, da qualificação como contrato de trabalho, recorrendo-se, se necessário, à presunção legal de contrato de trabalho. Quando assim for, a regularização extraordinária ocorre também no plano formal, de reconhecimento de que se trata de contratos de trabalho. (...)" Doc 1. ------

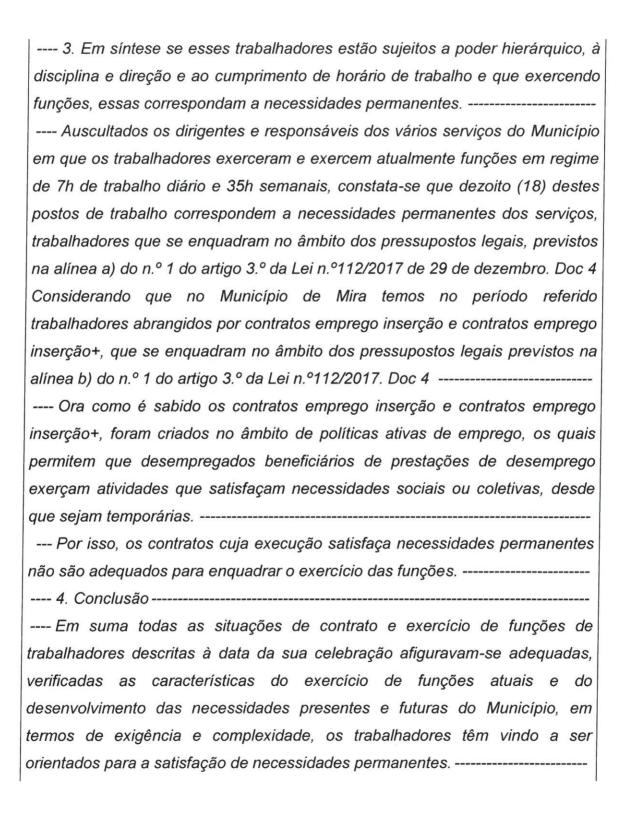






Independentemente da decisão sobre a possibilidade de apresentação de
requerimento compete ao órgão executivo a identificação de todas as situações
abrangidas pelo procedimento de regularização automática, e bem assim
notificar, todos os interessados no procedimento concursal. Doc. 2 -DGAL-
Guião para a Administração Local Faq III.6, página 9 e Relatório
PRESSUPOSTOS DE APLICAÇÃO DA LEI
2.1. Observando que o processo de regularização dos vínculos precários
destina-se aos que não tendo vínculo adequado, exerçam funções na
autarquia, no período compreendido de 1 de Janeiro a 4 de Maio de 2017 ou
parte dele e durante pelo menos um ano à data de início do procedimento
concursal de regularização;
2.1.1. Os serviços no diagnóstico e apreciação das situações de exercício
de funções em necessidades permanentes presumem a inadequação do
vínculo, se na relação entre o trabalhador que presta a atividade e a entidade
que dela beneficia, e não existindo contrato de trabalho a termo, se verificarem
algumas das seguintes características:
a) A atividade é realizada em local pertencente ao seu beneficiário ou por
ele determinado;
b) Os equipamentos e instrumentos de trabalho utilizados pertencem ao
beneficiário da atividade;
c) O prestador da atividade observa horas de início e de termo da
prestação, determinadas pelo beneficiário da mesma;
d) É paga, com determinada periodicidade, uma quantia certa ao prestador
da atividade, como contrapartida da mesma;
e) Dependência económica do prestador da atividade
Doc. 3 – nº 5 do artigo 3º da Portaria nº 150/2017 de 3 de maio

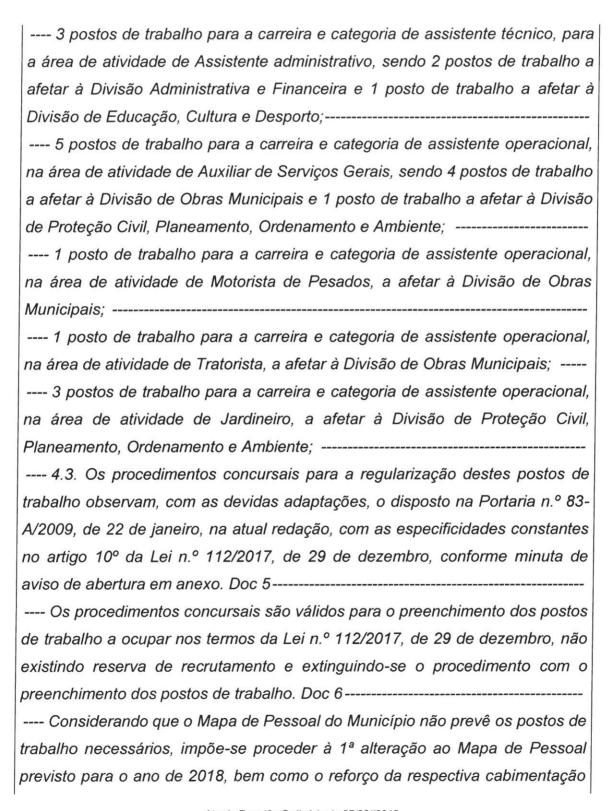




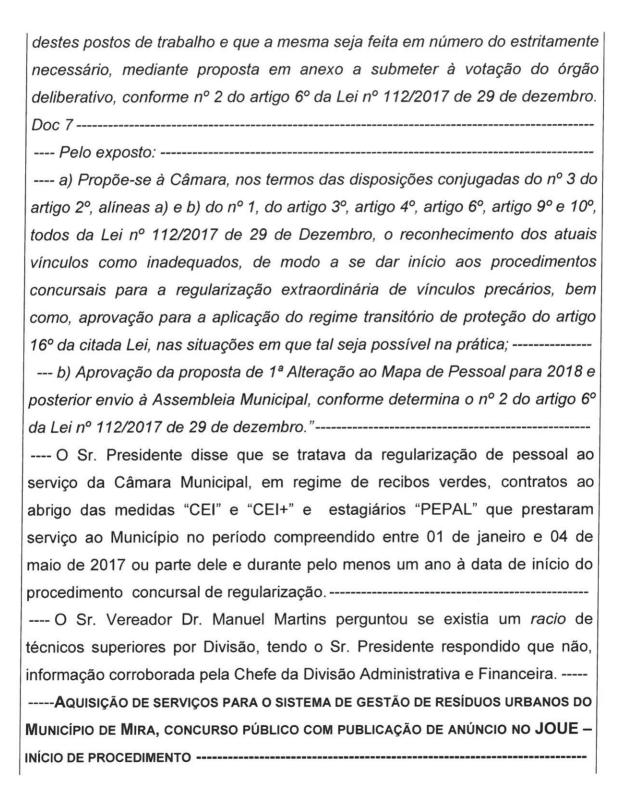


---- Nestas circunstâncias o vínculo mais adequado ao exercício das funções dos trabalhadores antes mencionados é o contrato de trabalho em funções pública por tempo indeterminado, termos em que se propõe à Câmara o reconhecimento como inadequados os atuais vínculos de modo a se dar início aos procedimentos concursais para a regularização extraordinária de vínculos precários, nos termos do nº 3 do artigo 2º da Lei n.º112/2017 de 29 de dezembro, bem como, a aplicação do regime transitório de proteção do artigo 16º do citado diploma, nas situações em que tal seja possível na prática. ---------- 4.1. Neste caso, os trabalhadores que reúnem os requisitos legais para poder concorrer a este procedimento de regularização são os constantes no Doc 4 em anexo, sendo que não estiveram nem estão todos ao serviço do Município em simultâneo. ---------- 4.2. Considerando os casos abrangidos pelas alíneas a), b) e c) do nº 1 do artigo 3º da Lei 112/2017, estão reunidos os pressupostos legais para regularização de vínculos precários, tendo em vista a satisfação de necessidades permanentes deste Município, das seguintes carreiras e categorias: --------- 1 posto de trabalho para a carreira e categoria de técnico superior, na área de atividade de Economia, a afetar à Divisão Administrativa e Financeira; ---------- 1 posto de trabalho para a carreira e categoria de técnico superior, na área de atividade de Engenharia Alimentar, a afetar à Divisão de Educação, Cultura e Desporto; --------- 1 posto de trabalho para a carreira e categoria de técnico superior, na área de atividade de Arquitetura, a afetar à Divisão de Obras Municipais; ---------- 1 posto de trabalho para a carreira e categoria de técnico superior, na área de atividade de Engenharia Civil, a afetar à Divisão de Obras Municipais; ---------- 1 posto de trabalho para a carreira e categoria de técnico superior, na área de atividade de Desporto, a afetar à Divisão de Educação, Cultura e Desporto;











---- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta nº. 54/2018, do Sr. Presidente da Câmara, no sentido da remessa à Assembleia Municipal, para efeitos de prévia autorização da assunção de compromissos plurianuais e redistribuição de encargos financeiros do procedimento, nos termos do disposto nos n.º 1 e n.º 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 junho, que regula a realização de despesas em mais de um ano económico, aplicado pro força da alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, conjugado com a alínea c) do artigo 6.º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, condição imprescindível para abertura do procedimento, tendente à aquisição de serviços para o sistema de gestão de resíduos urbanos do Município de Mira --------- Mais foi deliberado autorizar a abertura de procedimento, ao abrigo do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação e no artigo 18.º, n.º 1 al. b) do D.L. 197/99, de 08/06, aplicável por força do disposto no artigo 14.º, n.º 1, al f), do DL 18/2008, de 29 de maio, na modalidade de concurso público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE), conforme o previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, cujo preço base é de 900.000,00 € (novecentos mil euros), bem como aprovar as peças do procedimento, minuta de anúncio, programa de procedimento e caderno de encargos, documentos que se encontram anexos à presente ata e dela ficam a a fazer parte integrante. ---------- No que concerne ao Júri do Procedimento, nos termos do disposto do artigo 67.º do CCP, com as competências definidas no n.º 1 do artigo 69.º do CCP, aprovar a seguinte constituição: --------- Membros efetivos-----



Presidente do Júri – Ângelo Manuel Morais Lopes
1.º Vogal efetivo – Carmen da Conceição Santos, o qual substitui o
presidente do júri nas suas faltas e impedimentos
2.º Vogal efetivo – Jorge Nuno Barreto Rico
Membros suplentes
1.º Suplente – Liliana Mafalda Cruz
2.º Suplente – Susana Marques Facão
Nos termos do artigo 290.º-A do CCP foi deliberado designar como gestor
do contrato o Chefe de Divisão Ângelo Manuel Morais Lopes, com a função de
acompanhar permanentemente a respetiva execução
A referida proposta é do seguinte teor:
"AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA O SISTEMA DE GESTÃO DE
RESÍDUOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE MIRA, CONCURSO PÚBLICO
COM PUBLICAÇÃO DE ANÚNCIO NO JOUE — INICIO DE PROCEDIMENTO -
Considerando que:
A 09 de setembro 2018, termina a prestação de serviços com a ERSUC -
Resíduos Sólidos do Centro, S.A., relativa aos serviços de recolha de resíduos
sólidos urbanos do município, em vigor desde 09 de setembro de 1998
A necessidade de garantir, e otimizar, os serviços decorrentes do sistema
de gestão de RU da responsabilidade do Município, nomeadamente recolha e
transporte de RU dos contentores indiferenciado, e monos a tratamento final;
A constatação da falta de recursos humanos e equipamentos na Câmara
Municipal com capacidade para efetuar o referido serviço;
A recolha de RU trata-se de um serviço essencial nos termos do disposto
na alínea g) do n.º 1 do artigo 1.º da Lei n.º 23/96 de 26 junho, na atual
redação



Torna-se necessário adquirir prestação de serviços que contemplem a
referida recolha e transporte de RU, com início na data de celebração do
contrato
Do procedimento concursal:
Nos termos da alínea b) no n.º 1 e n.º 2 do artigo 40.º do Código do
Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, na
sua atual redação, doravante designado de CCP, junta-se em anexo à presente
proposta, as peças do procedimento para aprovação: minuta de anúncio,
programa de procedimento, caderno de encargos, anexo A (Mapa de
Quantidades), anexo B (Mapa de Circuitos de recolha), Anexo C – Mapa
Distribuição geográfica dos contentores;
No que concerne ao Júri do Procedimento, nos termos do disposto do
artigo 67.º do CCP, com as competências definidas no n.º 1 do artigo 69.º do
CCP, propõe-se que tenha a seguinte constituição:
Membros efetivos
Presidente do Júri – Ângelo Manuel Morais Lopes
1.º Vogal efetivo – Carmen da Conceição Santos, o qual substitui o
presidente do júri nas suas faltas e impedimentos
2.º Vogal efetivo – Jorge Nuno Barreto Rico
Membros suplentes
1.º Suplente – Liliana Mafalda Cruz
2.º Suplente – Susana Marques Facão
Delegação de competências no Júri do Procedimento:
Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 69.º do CCP, cabe ainda ao júri
exercer a competência que lhe seja delegada pelo órgão competente para a
decisão de contratar, propondo-se a delegação das seguintes competências:

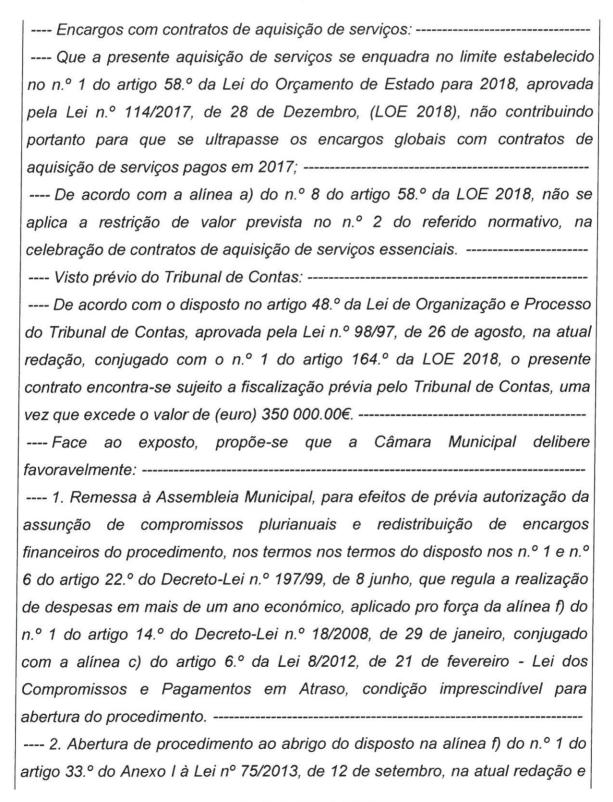


Prestar esclarecimentos necessários à boa compreensão das peças do
procedimento solicitados pelos interessados nos termos da alínea a) do n.º 5
do artigo 50.º do CCP;
Prorrogação do prazo para apresentação das propostas se tal se verificar
necessário, nos termos do artigo 64.º do CCP;
Designar peritos ou consultores para apoiarem o júri do procedimento no
exercício das suas funções nos termos do n.º 6 do artigo 68.º;
Nos termos do artigo 290.º-A do CCP propõe-se a designação como gestor
do contrato o Chefe de Divisão Ângelo Manuel Morais Lopes, com a função de
acompanhar permanentemente a execução do contrato
Delegação de competências no Júri do Procedimento:
Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 69.º do CCP, cabe ao júri o órgão
competente para a decisão de contratar
Preço Base:
O preço base a fixar no caderno de encargos é de 900.000€ (novecentos
mil euros), a acrescer de IVA – na previsão de vigorar por 4 anos – e enquadra-
se dentro dos limites para o procedimento proposto. A despesa a assumir com
a contratação do serviço em causa constituirá um encargo para os seguintes
anos económicos:
2018: 75.000€
2019: 225.000€
2020: 225.000€
2021: 225.000€
2022: 150.000€
Para efeitos de cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar,
será anexada à presente proposta a respetiva ficha de cabimento

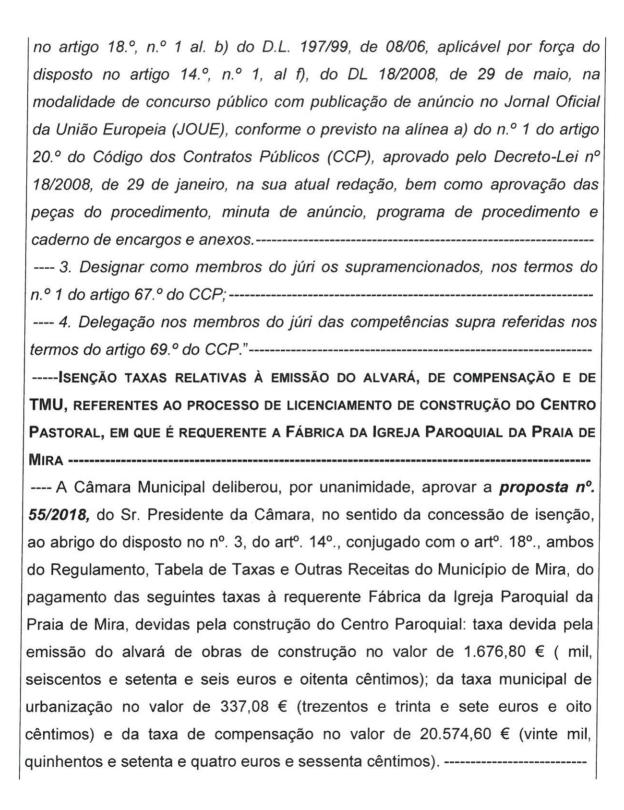


---- Acresce que a referida repartição de encargos não está abrangida pela autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais aprovada pela Assembleia Municipal, na reunião de 20 de dezembro de 2017. ----- Quanto à plurianualidade dos encargos a assumir com o contrato: ---------- A alínea c) do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, (LCPA), dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.--------- Pelo que, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aplicável por força do normativo da LCPA, atenta a plurianualidade ínsita ao contrato, deve solicitar-se autorização à Assembleia Municipal para se poderem assumir os compromissos em causa. ------ Com efeito, só com a autorização do órgão deliberativo do Município, é que o procedimento de contratação pode ser desenvolvido. ---------- Importa explicitar que, caso a Assembleia autorize a plurianualidade financeira do contrato, a competência para determinar a consequente abertura do procedimento e a eventual adjudicação pertence à Câmara Municipal - por força do definido na alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, conjugado com o n.º 1 do artigo 36.º do CCP. ---------- Sendo a realização de despesas em ano económico que não seja o da sua realização a abertura do procedimento está sujeita à prévia autorização da Assembleia Municipal, nos termos do disposto nos n.º 1 e n.º 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 junho, que regula a realização de despesas em mais de um ano económico, aplicado por força do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, conjugado com a alínea c) do artigo 6.º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro da LCPA, condição imprescindível para abertura do procedimento. -----











---- Na presente deliberação não participou o Sr. Vereador Dr. Fernando Madeira, em cumprimento do disposto no nº. 6, do artº. 55º., do Anexo I, da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, em articulação com o disposto no nº. 4, do artº. 31º. Código do Procedimento Administrativo. ----------CONCESSÃO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS DEVIDAS PELA CONSTRUÇÃO DE TELHEIRO À CERCIMIRA - COOPERATIVA PARA A EDUCAÇÃO E REABILITAÇÃO DE CRIANÇAS INADAPTADAS DE MIRA, CRL--------- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a **proposta nº**. 56/2018, do Sr. Presidente da Câmara, no sentido da concessão, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 14.º, conjugado com o artigo 18.º, ambos do Regulamento, Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Mira, de isenção à requerente "Cercimira – Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados de Mira, CRL", do pagamento das seguintes taxas: da taxa devida pela emissão do alvará de obras de construção de Telheiro no valor de € 217,40 (duzentos e dezassete euros e quarenta cêntimos); da taxa municipal de urbanização no valor € 436,55 (quatrocentos e trinta e seis euros e cinquenta e cinco cêntimos) e da taxa de compensação no valor de € 2.997,60 (dois mil, novecentos e noventa e sete euros e sessenta cêntimos). --------AUTORIZAÇÃO DE VENDA DO LOTE N.º 1 DA ZONA INDUSTRIAL POLO II---------- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a **proposta nº**. 57/2018, do Sr. Presidente da Câmara, no sentido da autorização da venda do lote n.º 1, entretanto designado de lote n.º 17 pelo Plano de Pormenor, com a área 2200 m2, composto de edifício de rés-do-chão, destinado a armazém e atividade industrial, sito na Zona Industrial, Pólo II, freguesia de Seixo e concelho de Mira, descrito na Conservatória do Registo Predial de Mira sob o n.º 1629 e inscrito na respetiva matriz predial urbana n.º 1621, pelo valor de € 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil euros), propriedade da empresa "Mirapack, L.da" à empresa "Batatas Mirense, Lda", NIPC 503 874 523, com

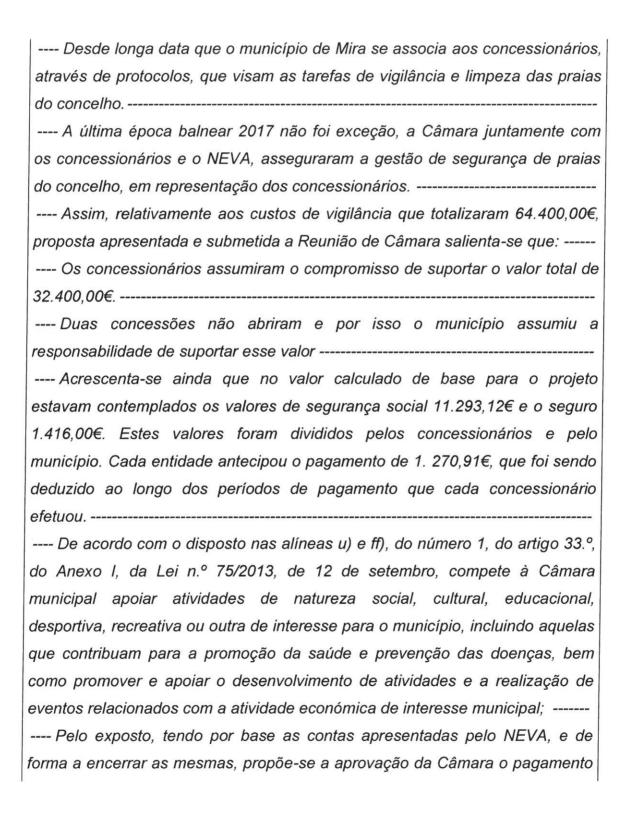


sede na Rua dos Claros n.º 126, Seixo, Mira, nos termos do disposto na
cláusula n.º 6, aprovada por deliberação de Câmara, datada de 12 de junho de
2008, condicionada às seguintes cláusulas:
1 - O adquirente terá o prazo de 10 meses para iniciar a laboração da
unidade industrial a contar da data da realização da escritura pública de
compra e venda;
2 - Se o prazo supra definido não for cumprido, por facto imputável ao
adquirente, não devidamente justificado, ficará a transação sem efeito,
perdendo aquele a favor da Câmara Municipal, 50% do preço do lote e da
construção já realizada, voltando o lote à posse da Câmara;
3 - O adquirente não poderá alienar o lote a qualquer título oneroso ou
gratuito sem autorização da Câmara Municipal, sob pena de reversão e
regresso da posse do lote, nos termos previstos no ponto anterior;
4 - A Câmara Municipal goza de direito de preferência com eficácia real,
sobre quaisquer pessoas singulares ou coletivas, no caso de alienação por
contrato de compra e venda ou qualquer outro modo compatível com a
obrigação de preferência do referido lote, com as construções nele existentes à
data da alienação;
5 - O adquirente não poderá instalar uma unidade industrial diferente da
prevista e aprovada, sem que essa alteração lhe seja imposta e/ou os motivos
aduzidos sejam atendíveis, sob pena de reversão e regresso da posse do lote
da Câmara Municipal, nos termos previstos no ponto 2
Mais foi deliberado não exercer o direito de preferência na referida venda
DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS:
Empreitada de Regeneração da Vala da Corga —
REPROGRAMAÇÃO/PRORROGAÇÃO DA EMPREITADA
A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com dois votos contra, dos
Senhores Vereadores Dr. Manuel Martins e Dr. Luis Miranda e cinco votos a

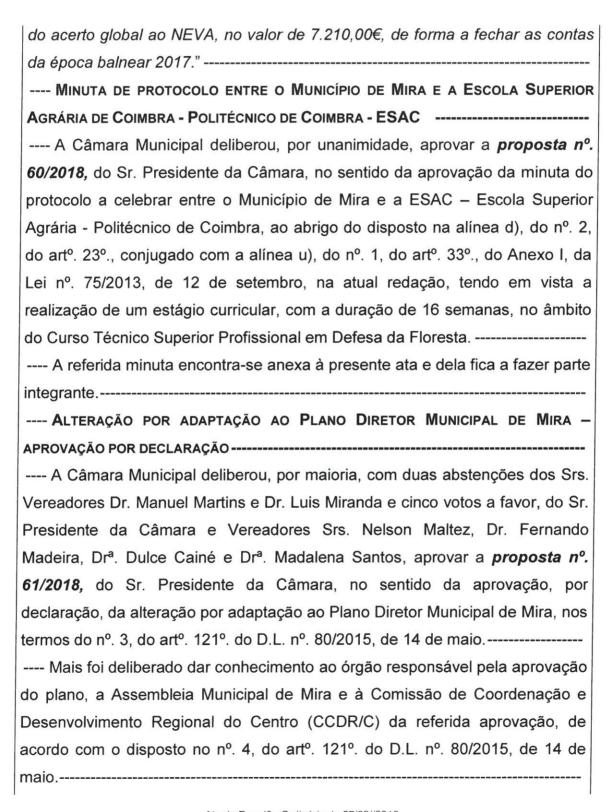


favor, do Sr. Presidente da Câmara e Vereadores Srs. Nelson Maltez, Dr
Fernando Madeira, Drª. Dulce Cainé e Drª. Madalena Santos, aprovar a
proposta nº. 58/2018, do Sr. Presidente da Câmara, no sentido de se
aprovado o novo plano de pagamentos e o cronograma financeiro, bem como
autorizada a prorrogação do prazo de execução da empreitada de
"Regeneração da Vala da Corga", adjudicada à empresa "Civibérica, Obras
Civis, S.A." pelo período de 34 dias, prevendo-se a conclusão dos trabalhos em
31 de março de 2018
O Sr. Vereador Dr. Manuel Martins disse que pensava que a obra já
estivesse concluída, uma vez que as grades de proteção tinham sido retiradas.
Disse que se admirava com a apresentação de mais uma proposta de
prorrogação do prazo de execução da referida empreitada, ainda para mais
quando os argumentos apresentados eram os mesmos, isto é, os incêndios de
15 de outubro e, para seu espanto, também a chuva
Afirmou que esta não era uma proposta séria, a verdade devia ser dita, o
estaleiro era de dimensão reduzida para poder armazenar madeiras que tinham
sido perdidas no incêndio, não concordava com a argumentação apresentada,
como também não concordava com a betonagem do fundo da vala, por isso
votava contra a proposta
DIVISÃO DE PROTEÇÃO CIVIL, PLANEAMENTO, ORDENAMENTO E
AMBIENTE
ENCERRAMENTO DE CONTAS - ÉPOCA BALNEAR
A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a <i>proposta nº</i> .
59/2018, do Sr. Presidente da Câmara, no sentido da aprovação das contas
apresentadas pela "NEVA", no valor de 7.210,00 € (sete mil, duzentos e dez
euros), relativas à época balnear de 2017
A referida proposta é do seguinte teor:
"ENCERRAMENTO DE CONTAS- ÉPOCA BALNEAR

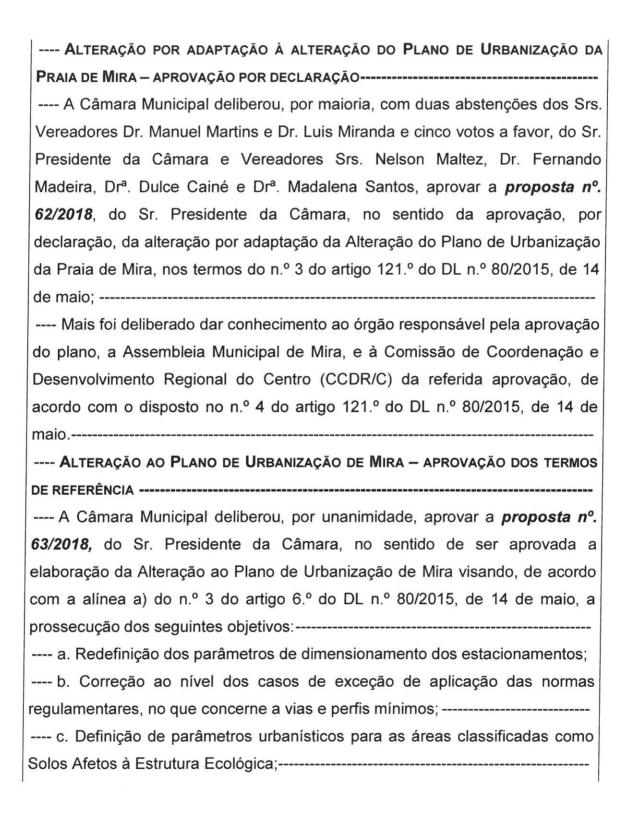




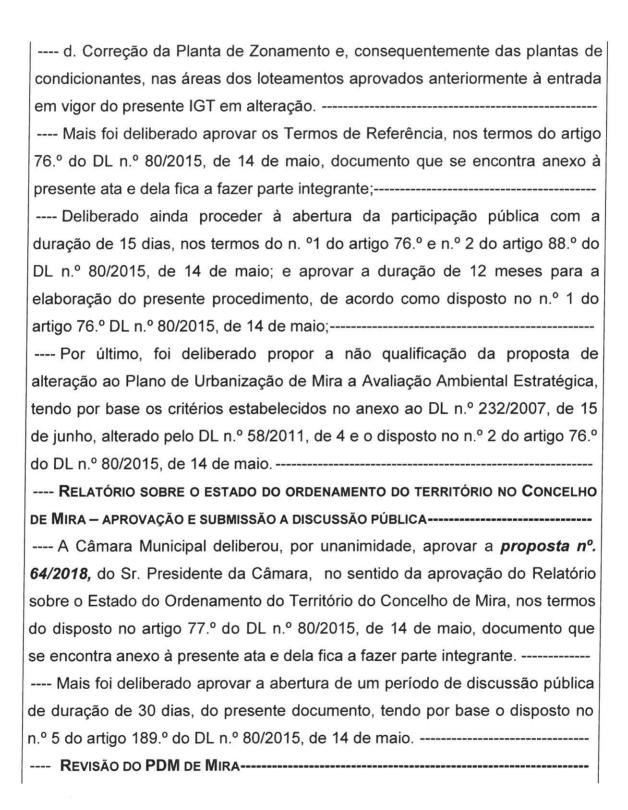




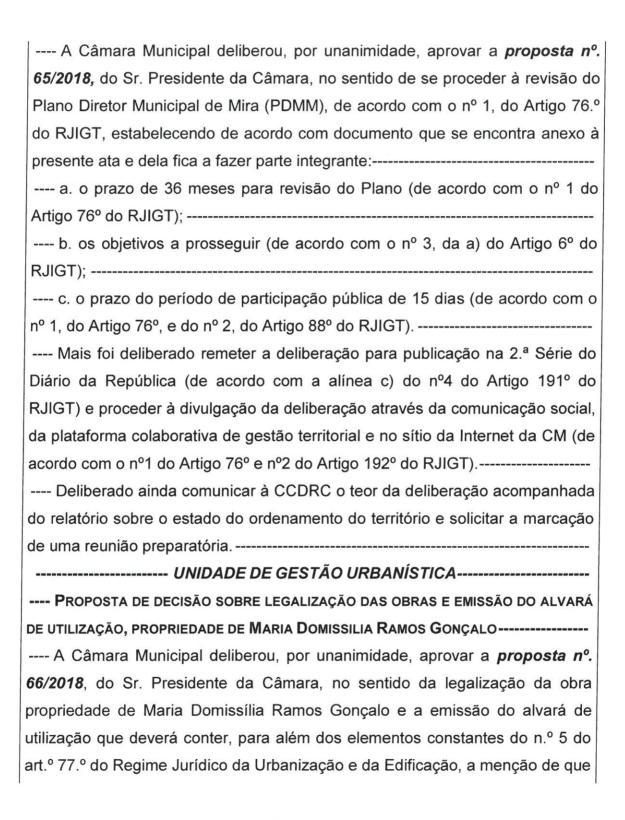














a operação urbanística a que respeita foi objeto de legalização e que a mesma
é emitida sob reserva de direitos de terceiros
No que às taxas diz respeito, o requerente deverá requerer a emissão do
alvará de utilização no prazo de 30 dias úteis, contado da data da notificação
da presente deliberação, sendo precedido do pagamento das taxas previstas
no Regulamento, Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Mira,
conforme estipulado no n.º 4 do art.º 46.º do RMUE
ENCERRAMENTO:
E, não havendo mais nada a tratar, pelo Sr. Presidente da Câmara, foi
declarada encerrada a reunião, sendo 19:25h, tendo sido aprovada, por
unanimidade, a minuta da respetiva ata, nos termos e para os efeitos do
disposto no n.º 3 do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de
setembro, na atual redação
E, para constar, se lavrou a presente ata, que eu, Olívia da Conceição
C.P.A. Eulálio, na qualidade de secretária, redigi
(Presidente: Raul José Rei Soares de Almeida, Dr.)
Daring.
(Secretária: Olívia da Conceição C.P.A. Eulálio)